



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 1507/1999

Que orça a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2000.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Passa Quatro, para o exercício de 2000, estima a RECEITA em R\$ 10.500,00 (dez milhões e quinhentos mil reais) discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º A RECEITA será realizada mediante a arrecadação dos TRIBUTOS, RENDAS e OUTRAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL, na forma da legislação em vigor com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES:

Receita Tributária	R\$ 653.000,00
Receita Patrimonial	R\$ 25.000,00
Receita Industrial	R\$ 120.000,00
Receita de Serviço	R\$ 350.000,00
Transferências Correntes	R\$ 6.480.000,00
Outras Receitas Correntes	R\$ 164.000,00
TOTAL	R\$ 7.792.000,00

RECEITAS DE CAPITAL

Operações de Crédito	R\$ 600.000,00
Alienação de Bens	R\$ 201.500,00
Transferências de Capital	R\$ 1.920.000,00
Outras Receitas de Capital	R\$ 5.000,00
TOTAL	R\$ 2.708.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 10.500.000,00

Art. 3º A DESPESA será realizada de acordo com a seguinte discriminação pelas unidades orçamentárias:

Corpo Legislativo	R\$ 130.000,00
Gabinete do Prefeito e Sec. de Turismo	R\$ 1.122.000,00
Serviço de Fazenda	R\$ 500.000,00
Serviço da Ed. Cultura e Desporto	R\$ 2.640.000,00
Serviço de Obras Públicas	R\$ 1.283.000,00
Serviço de Saúde e Saneamento	R\$ 2.040.000,00
Serviço Mun. de Estrada de Rodagem	R\$ 270.000,00
Encargos Gerais do Município	R\$ 1.015.000,00
Reserva de Contingência	R\$ 1.500.000,00



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

TOTAL GERAL

R\$ 10.500.000,00

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Adicionais Suplementares até o limite de 70% (setenta por cento) da Receita prevista nesta lei para reforçar dotações que se tornarem insuficientes, Art. 7º, Inciso I, da Lei 4320, 17/03/64, podendo para tanto:

a) anular parcial ou totalmente dotações orçamentárias, conforme disposto no inciso III, do Art. 43 da Lei 4320/64, Art. 5º, § único, da Lei Municipal nº 1492, de 21/06/99, LDO;

b) utilizar o excesso de arrecadação apurado na forma do Parágrafo 3º, Art. 43, da Lei 4320/64.

Art. 5º Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar operações de crédito até o limite das DESPESAS DE CAPITAL, conforme Art. 167, Inciso III, da Constituição Federal.

Art. 6º Esta lei entra em vigor em 1 de janeiro de 2000.

Art. 7º Revogam-se as disposições contrárias.

Passa Quatro, 17 de novembro de 1999.

Dr. Acácio Mendes de Andrade
Prefeito Municipal

Silvana Fernandes de Oliveira Ribeiro
Secretária Municipal de Administração